

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: DEFINIR PARA COMPREENDER

LEARNING DIFFICULTIES: DEFINING TO UNDERSTAND

Cecília Borges Silva¹
Josimar Viana Paz²
Michelly Moraes Araújo³

RESUMO

Este artigo visa analisar diversas definições associadas ao termo "dificuldades de aprendizagem", frequentemente identificado entre crianças em idade escolar. Ao esclarecer essas definições, o estudo busca aprofundar o entendimento sobre essa questão educacional amplamente observada. O estudo utiliza uma revisão crítica de literatura como metodologia, examinando obras literárias, artigos acadêmicos e resultados de pesquisas para reunir interpretações e teorias diversas sobre as dificuldades de aprendizagem. A justificativa pela busca do tema insere-se no contesto de que as crianças com dificuldades de aprendizagem têm sido o foco de numerosos estudos em diferentes campos do conhecimento. Essas investigações se esforçam para identificar as causas precisas e os tratamentos apropriados para essas dificuldades. Abordar essa questão é crucial para aprimorar as práticas educacionais e os resultados para as crianças afetadas. A pesquisa indica que as dificuldades de aprendizagem devem ser consideradas quando uma criança apresenta um desempenho acadêmico inferior à sua capacidade intelectual, o que é frequentemente referido como "discrepância". É essencial excluir outras causas potenciais, como deficiências auditivas, visuais ou motoras, antes de diagnosticar dificuldades de aprendizagem. O estudo destaca a necessidade de definições precisas para melhorar a identificação e as estratégias de apoio dentro dos ambientes educacionais.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem; Educação; Inclusão.

¹ Graduada em Pedagogia pela UEPA. Especialista em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia institucional e clínica pela Faculdade Porto União- Faveni. Especialista em Psicopedagogia e Educação Infantil pela ProMinas. – Contato: silva.ceciliaborges@gmail.com

² Graduado em Letras-língua Portuguesa e respectivas literaturas pela UNOPAR. Especialista em Docência Universitária pela FACLIONS e pós-graduado em Metodologias ativas, pela FAAMA. Contato: josimarvianapaz930@gmail.com

³ Graduada em Letras-língua Portuguesa, pela UEPA. Especialista em Metodologia do Ensino das Línguas Inglesa e espanhola, pelo Instituto PROMINAS. – Contato: mimoraesprof@gmail.com

ABSTRACT

This article aims to analyze various definitions associated with the term "learning difficulties," frequently identified among school-aged children. By clarifying these definitions, the study seeks to deepen understanding of this widely observed educational issue. The study employs a critical literature review as its methodology, examining literary works, academic articles, and research findings to gather diverse interpretations and theories about learning difficulties. The justification for pursuing this topic lies in the fact that children with learning difficulties have been the focus of numerous studies across different fields of knowledge. These investigations strive to pinpoint the precise causes and appropriate treatments for these difficulties. Addressing this issue is crucial for improving educational practices and outcomes for the affected children. The research indicates that learning difficulties should be considered when a child shows academic performance that is lower than their intellectual capacity, often referred to as a "discrepancy." It is essential to exclude other potential causes, such as auditory, visual, or motor disabilities, before diagnosing learning difficulties. The study highlights the need for precise definitions to improve the identification and support strategies within educational settings.

Keywords: Learning difficulties; Education; Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir é uma breve análise de artigos científicos, os quais trazem uma discussão bastante interessante sobre as dificuldades de aprendizagem. Foram destacados em especial dois autores, sendo Correia 2007 e Andrada 2003. Estes dois autores apresentam algumas considerações muito relevantes sobre o assunto tratado, apesar de encontrarmos algumas divergências entre autores diversos, podemos compreender que essas dificuldades apresentam características muito marcantes sendo que estas facilitam o diagnóstico e o tratamento.

As dificuldades de aprendizagem foram negligenciadas durante muito tempo, podemos afirmar que atualmente ainda existem condutas como esta, porém é válido afirmar que, grandes avanços ocorreram neste sentido. Há hoje muitos interessados em conhecer mais sobre o assunto, além de um número bastante expressivo de publicações disponíveis sobre o determinado assunto. para falar sobre as dificuldades de

aprendizagem faz-se necessário antes de tudo ter-se um mínimo de entendimento acerca de sua definição. É o que se pretende alcançar com a análise bibliográfica realizada aqui. Pois somente ao compreendermos o seu significado poderemos buscar as respostas necessárias para atender tais necessidades.

2. DEFINIR PARA COMPREENDER

O tema dificuldade de aprendizagem vem ganhando cada vez notoriedade no espaço educacional, uma vez que, o país caminha para um avanço no sistema educacional, apesar de lento. O tratamento dado às crianças que possuem alguma dificuldade passa por um período confuso, os profissionais têm se deparado com uma realidade à qual não estão preparados para lidar com ela. Isso ocorre em parte, pela formação que receberam, além de perpassar por uma questão cultural, onde a criança que “não aprende” é por que “não tem interesse”. Esses fatores infelizmente conduzem o aluno ao insucesso.

Para CORREIA 2007, essa complicação se inicia até mesmo no momento de definir tais problemas. O autor afirmainda que somente após obtermos o entendimento necessário do termo, poderemos então oferecer respostas, bem como as soluções eficazes para a problemática. Segundo Correia:

Uma primeira ação será, portanto, a de se encontrar uma definição, que receba consenso da comunidade em geral, políticos, investigadores, médicos, educadores e pais, e que permita, no caso da educação, através de uma operacionalização apropriada, assegurar aos alunos com DA uma educação de qualidade que se apoie não só nos atributos e na experiência dos professores, mas também em adequações curriculares eficazes que respondam às suas necessidades, maximizando as suas competências, quer nas áreas acadêmica e socioemocional, quer na sua preparação para a vida ativa, onde se pretende que eles venham a tornar-se em elementos mais autônomos e produtivos possível (2007, p.2).

Os problemas de dificuldade de aprendizagem têm chamado a atenção de uma gama de profissionais, são médicos, psicólogos, educadores, pais e terapeutas em geral. Apesar de os debates sobre o assunto estarem presentes em diversas áreas da sociedade, ainda temos muito a avançar nesta temática, como consequência temos um

grupo de nomenclaturas para designar a dificuldade que parte dos alunos apresentam em “acompanhar” o restante da turma nos conteúdos e habilidades trabalhadas em sala de aula. Segundo Correia:

No entanto, ao analisarmos a literatura existente, verificamos que foi proposto um sem-número de termos como, por exemplo, lesão cerebral, disfunção cerebral mínima, hiperatividade, dificuldades perceptivas, dificuldades de linguagem, dislexia, distúrbios de aprendizagem psiconeurológicos, e muitos mais, para designar uma problemática hoje conhecida entre nós por *dificuldades de aprendizagem* (2007, p.3).

É notório que numa busca por entender tal problema os profissionais de diversas áreas do conhecimento, foram nomeando o mesmo problema de forma diferente para cada período, neste artigo iremos tratar do conceito Dificuldade de Aprendizagem, como denominou Correia 2007.

Foi no início da década de 60 que se passou a utilizar o termo Dificuldade de Aprendizagem – DA com frequência para se referir aos problemas relacionados ao atraso escolar, este termo foi proposto por Samuel Kirk e logo aceito por educadores, pais e pela comunidade em geral.

Para Kirk (1963), a DA pode ser atribuída à crianças que apresentam uma disparidade entre a sua capacidade e seus resultados, ou seja, aquela criança que possui deficiência intelectual, privação cultural ou fatores pedagógicos ineficazes, não pode ser enquadrada neste perfil, uma vez que a DA não se trata de uma disfunção orgânica e sim de uma distância entre o que ela tem capacidade para realizar e aquilo que ela alcança como rendimento.

Para BATEMAN (1965), a definição de DA engloba dois fatores fundamentais a serem discutidos, sendo eles, a discrepância, que significa que a criança possui uma capacidade intelectual superior ao rendimento escolar apresentado, sendo que não há uma lesão cerebral. A irrelevância da disfunção do sistema nervoso e exclusão, que se trata de afirmar que a dificuldade apresentada pela criança em apreender o que lhe é passado não é resultante de uma deficiência mental, perturbação emocional, deficiência visual ou auditiva ou a privação educacional ou cultural (CORREIA, 2007).

Para os especialistas há outra questão muito importante, ao afirmar que as DA

referem-se a problemas com a linguagem, escrita, raciocínio e matemáticas, de certa forma supõe-se que a criança enfrenta todos esses problemas, o que na verdade nem sempre acontece, ou na maioria dos casos. Geralmente a criança apresenta dificuldade em uma área específica, em razão disso muitos autores utilizam o termo “Dificuldades de Aprendizagem Específicas” para se referirem a essa temática. Pois dessa forma as crianças teriam a possibilidade de receberem um atendimento direcionado para a sua real necessidade.

Para uma melhor compreensão do tema será feito uma leitura da definição de Dificuldade de aprendizagem apresentada por CORREIA em seu artigo cujo título é: “PARA UMA DEFINIÇÃO PORTUGUESA DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM ESPECÍFICAS”. Neste artigo o autor faz uma breve análise das definições apresentadas até o momento de sua construção, e busca dar uma definição concreta para o tema, em que o mesmo é responsável por vários trabalhos publicados.

O autor inicia explicando a razão pela qual utiliza termo Dificuldades de Aprendizagem Específicas, segundo o mesmo, há algum tempo ele chama a atenção para esta questão, pois é possível que a DA apresentada por um aluno poderia estar ligada ao que ele denominou de “dispedagogia”, o que, segundo ele, seria um ensino não adequado. Segundo a sua definição:

[...] As *dificuldades de aprendizagem específicas* dizem respeito à forma como um indivíduo processa a informação – a recebe, a integra, a retém e a exprime –, tendo em conta as suas capacidades e o conjunto das suas realizações. As dificuldades de aprendizagem específica podem, assim, manifestar-se nas áreas da fala, da leitura, da escrita, da matemática e/ou da resolução de problemas, envolvendo défices que implicam problemas de memória, perceptivos, motores, de linguagem, de pensamento e/ou metacognitivos. Estas dificuldades, que não resultam de privações sensoriais, deficiência mental, problemas motores, défice de atenção, perturbações emocionais ou sociais, embora exista a possibilidade de estes ocorrerem em concomitância com elas, podem, ainda, alterar o modo como o indivíduo interage com o meio envolvente (CORREIA, 2005a).

Para melhor entender melhor a definição proposta pelo autor, analisemos a colocação dele quanto ao processamento de informação, este se apresenta de forma irregular e isto tem origem neurobiológica, ou seja, há de algo diferente na distribuição, organização, quantidade e tamanho dos neurônios da criança. Sendo que o

processamento de informação é o ponto de partida para a aprendizagem, pois é a partir da compreensão do que se tem a noção do que está sendo lhe repassado, se a criança não comprehende isto provavelmente não seguirá o processo de forma satisfatória.

A discrepancia acadêmica segundo Correia é claramente notada em crianças com DAE, isto têm sido comprovados em testes realizados com estas crianças, onde os especialistas utilizam fórmulas e instrumentos para testes de inteligência, concluem que os quocientes de inteligência estão dentro da normalidade, alguns até acima da média. Porém, mesmo com esta comprovação de capacidade há uma distância entre essa informação e o desempenho acadêmico da criança. Segundo Alan e Nadeen Kaufman (2001) é fundamental que se inclua na definição de DAE, o fator discrepancia.

As crianças com DAE podem apresentar um padrão de desenvolvimento desigual, isto significa dizer que, ela pode obter um desempenho “bom”, em uma determinada tarefa e não conseguir realizar outra tarefa com a mesma desenvoltura. Isso pode ser percebido quando temos crianças que conseguem realizar a leitura de um determinado texto, porém ao escrevê-lo não consegue obedecer as regras da escrita como foi lhe ensinado. Outras vezes este aluno escreve um determinado fonema, mas o expressa de forma errada, neste caso a dificuldade é percebida no desenvolvimento da linguagem. Este padrão de desenvolvimento desigual segundo correia é um fator preponderante na definição das DAE.

O fator de exclusão citado na definição das DAE é tido através de um estudo de causa minucioso realizado por especialistas da área, onde estes vão excluir a possibilidade de as dificuldades apresentadas pela criança, estarem ligadas a problemas como deficiência mental, deficiência visual e auditiva, problemas motores, perturbações emocionais ou desvantagens culturais, sociais e econômicas. Sim, porque é bastante possível uma criança apresentar uma indisponibilidade em apreender o que lhe ensina em razão de alguma privação de ordem biológica, material ou emocional.

As DAE podem além de afetarem o processo de aprendizagem das crianças, afetarem suas relações sociais. Ocorre que, as suas atitudes podem não ser de certa forma, “aceitas” pelo grupo em que está inserido, seja a família, a escola, os amigos. Como isso a criança irá perceber que não está sendo “aceita” por conta da sua forma

de entender as “coisas”. A sua socialização corre um grande risco de ficar prejudicada. Por esse motivo, o comportamento socioemocional também é apresentado como um fator de grande relevância na definição das DAE.

É comum o pensamento de que a DAE é uma condição vitalícia, sim, segundo especialistas, esta dificuldade não desaparecerá na idade adulta, porém, a intensidade desta poderá variar de acordo com o atendimento e tratamento pelo qual passou o indivíduo, sendo que o futuro poderá ser bem mais positivo para ele no que diz respeito à sua dificuldade. Com um tratamento eficaz na infância o indivíduo adquire mais possibilidades de alcançar um resultado dentro do esperado para o seu desenvolvimento. É o que diz Correia: “a chave do sucesso estará na elaboração de programações educativas individualizadas que considerem ajustamentos e adaptações curriculares consentâneas com as suas necessidades (2005).”

Em termos gerais Correia sugere em seu artigo a devida atenção às DAE, pois ele chega a equipar com as necessidades de crianças que possuem deficiência física e/ou motora, em seu texto ele exemplifica utilizando o exemplo de uma criança com deficiência visual, que necessita de código em Braile para ler determinado texto. Assim uma criança com DAE, necessita de condições e adequadas e alternativas para aprender.

Analisando agora uma obra brasileira, Elda Grisard Caldeira de Andrada trata das dificuldades de aprendizagem em um artigo ao qual deu o seguinte título: “Família, Escola e a Dificuldade de Aprendizagem: Intervindo Sistemicamente”. Em seu trabalho a autora se refere à família e a escola como sendo dois sistemas, os quais estão em constante transformação. Sendo que por esta razão ultrapassam várias fases, cada uma com suas características peculiares e carregadas de desafios a serem superados.

Na tentativa de dar novos significados aos chamados comportamentos “desviantes”, Andrada 2003, faz um trabalho de acompanhamento com alunos em uma determinada escola e expõe suas conclusões sobre o assunto. Ela denomina teoria sistêmica, o modo de relacionar o comportamento da criança em cada meio onde convive, entre os quais a família e a escola estão em destaque para o momento. O curioso está no fato de que, em seu trabalho a criança com dificuldade de aprendizagem

é tida como uma criança com deficiência, o que chama atenção é uma falta de consenso entre especialistas de diferentes países sobre a definição, pois, enquanto Correia, 2003 deixa claro em sua que a DA não está ligada a uma deficiência, Andrada deixa explícito em seu texto que o problema é considerado uma deficiência. Assim ela afirma:

Reconhecendo que o paradigma sistêmico ultrapassa o paradigma linear de causa e efeito onde “um aluno não aprende porque é deficiente”, o significado e o entendimento que o sistema escolar dá à dificuldade de aprendizagem podem ser transformados quando professores e pedagogos se colocam como sujeitos que também constroem e mantém o problema (ANDRADA, 2003, P. 2).

Quanto ao que se chama de Dificuldade de aprendizagem nota-se que há a ausência de um consenso a respeito do termo, pois nas leituras realizadas deparamo-nos com diferentes colocações.

Segundo Bronfenbrenner (1994), o meio em que a criança está inserida carrega grande parte da influência exercida sobre ela, em seu modelo Pessoa, Processo, Contexto e Tempo – PPCT, o desenvolvimento das pessoas depende em grande parte do contexto em que vivem, à medida que o tempo passa, as evidências vão se mostrando. Desta forma o problema que é classificado como dificuldade de aprendizagem pode estar simplesmente relacionado a um dos sistemas em que o indivíduo está inserido, sendo que, havendo esta descoberta em tempo hábil, o trabalho com este indivíduo poderá ser reestruturado.

São vários os aspectos a serem observados em um sistema, mas o fator comunicação é colocado em destaque por Satir (1980), ele refere que uma comunicação “generalista, incompleta e desconexa”, pode acarretar os chamados “sintomas” que levam a crer que existe uma dificuldade de Aprendizagem. Desta forma, o trabalho do profissional deve estar focado na comunicação do sistema em análise.

A dificuldade de aprendizagem ainda se mostra um tema com muitas questões a serem levantadas, percebe-se acima de tudo, uma frágil estrutura para atender a quem se mostra acometido por ela.

3. CONCLUSÃO

Com tudo que foi colocado neste trabalho, percebemos que, compreender o que realmente são as dificuldades de aprendizagem está mais próximo do que nunca. Apesar de haver contradições entre autores que tratam desta temática, podemos notar que algumas colocações nos deixam claro que estes problemas podem estar ligados a vários fatores, os mais diversos.

As crianças que apresentam baixo rendimento podem estar carregados de contrastes os quais nem sempre poderemos identificar em um primeiro contato, mas, sim após um extenso processo de acompanhamento.

A cerca de tudo que foi exposto sobre a temática, reitera-se a necessidade da presença de equipes multidisciplinares nas escolas.

Este suporte seria de grande valia para ao atendimento de crianças que venham a apresentar algum défice de aprendizagem, podendo estas serem diagnosticadas o quanto antes para que possam receber um atendimento adequado, que atenda as suas reais necessidades.

Mais uma vez vamos de encontro a um desejo que temos de conquistar um sistema educacional com mais qualidade e inclusivo para as nossas crianças, principalmente aquelas que apresentam uma necessidade específica como a que foi tratada no presente trabalho.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA, E. G. C. Família, Escola e a Dificuldade de Aprendizagem: Intervindo Sistemicamente. **Psicologia Escolar e Educacional, 2003 Volume 7 Número 2 171-178, 20.**

BATMAN, B. An educator's view of a diagnostic approach to learning disorders. In: Hellmuth, J. (Ed.) Learning disorders. Seattle: Special Child Publications, 1965.

BRONFRENBRENNER, U. (1994). Ecological models of human development. International Encyclopedia of Education (pp.37-43, v. 3, n. 2). England: Elsevier Sciences.

CORREIA, Luís de Miranda. Para uma Definição Portuguesa de Dificuldades de Aprendizagem Específicas. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Mai.-Ago. 2007, v.13, n.2, p.155-172. Disponível em: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>. Acessado em 28/01/2016.

KIRK, S.A. Behavioral diagnosis and remediation of disabilities. In: Conference on Exploration the Problems of the Perceptual Handicapped Child, Evanston, Illinois: Fund for the Perceptually Handicapped Child, 1963. p.1-7.

SANTOS, Luciana Carla dos; MARTURANO, Edna Maria. Crianças com dificuldade de aprendizagem: um estudo de seguimento. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 12, n. 2, p. 377-394, 1999 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279721999000200009&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 03 fev. 2016.

SATIR, V. (1980). Terapia do grupo familiar. Rio de Janeiro: Alves. Schaffer, H. R. (1996). Social Development. UK: Blackwell Publishers Ltda.